

APÓS FORTE MOBILIZAÇÃO,

EMPREGADOS CONQUISTAM REAJUSTE ZERO NO SAÚDE CAIXA



A mobilização nacional dos empregados da Caixa Econômica Federal, que se intensificou nos últimos dias com atos em diversas capitais, incluindo Brasília (veja cronologia da luta nas páginas 2 e 3), garantiu um avanço importante nas negociações do Saúde Caixa. Em nova rodada de mesa realizada dia 10, foi assegurado reajuste zero nas mensalidades do plano, uma conquista que reafirma a força da mobilização coletiva e o papel

decisivo da unidade da categoria.

Desde os atos realizados na capital federal, como o fechamento da Filial 1 no Setor Bancário Sul, os trabalhadores demonstraram engajamento e disposição para defender um dos principais direitos da categoria. A pressão exercida foi determinante para que a Caixa recuasse da proposta anterior, amplamente rejeitada por encarecer a participação dos titulares e dependentes no custeio do plano.

Para o dirigente do Sindicato **Antonio Abdan**, que também representa a Fetec-CUT/CN na mesa de negociação com a Caixa, o resultado é fruto direto da mobilização nacional. “O momento é crucial. As manifestações mostraram que estamos mobilizados e dispostos a lutar pelo Saúde Caixa. Precisamos continuar demonstrando força e unidade para garantir um plano sustentável, sem aumento de custos para os empregados”, afirmou Abdan.

A PROPOSTA

Em mesa de negociação, as entidades representativas conquistaram a manutenção da alíquota atual para titulares (3,5%) e o valor fixo de dependentes (R\$ 480). A proposta anterior, que previa elevação para 5,5% para titulares e reajuste de dependente para R\$ 672, foi rejeitada. A vitória veio com o atendimento da principal demanda da categoria: reajuste zero nas mensalidades e garantia de espaço para discutir o modelo de custeio 70/30.

OUTROS PONTOS NEGOCIADOS QUE AVANÇARAM INCLUEM:

- Manutenção dos princípios de mutualismo, solidariedade e pacto intergeracional;
- Ampliação do plano para filhos de 24 até 27 anos com valor de R\$ 800;
- Aporte ao Saúde Caixa para cobrir déficits decorrentes de decisões judiciais de natureza salarial;
- Impossibilidade de reentrada no plano para quem sair, com exceções previstas no novo acordo;
- Carência de 3 meses para adesão de novos empregados;
- Manutenção do debate de medidas estruturantes em 2026.

O HISTÓRICO DA LUTA PELO REAJUSTE ZERO E M

O maior desafio dos empregados da Caixa, da ativa e aposentados, em 2025, foi a renovação do ACT do Saúde Caixa. Já em fevereiro, a direção do banco previa aplicar um aumento de 22,86% nas mensalidades. Em maio, mais um revés: foi divulgada a nova versão do estatuto do banco, que manteve o teto de 6,5% da folha de pagamento da empresa para o custeio do Saúde Caixa.

Em meio a esse cenário, e com um déficit de R\$ 346 milhões até junho — com previsão de superar R\$ 500 milhões até o final do ano — iniciaram-se as negociações para renovação do Acordo Coletivo específico do plano de assistência médica dos empregados. A pauta dos trabalhadores defendia reajuste zero nas mensalidades, melhoria na qualidade do atendimento, o fim do teto e a manutenção da participação da empresa no custeio do plano para quem ingressou após setembro de 2018, também na aposentadoria.

A campanha pelo reajuste zero ganhou força entre os empregados e foi encampada por diversas entidades representativas. A cada dia 20, ações de engajamento e mobilização ocorriam nas unidades da Caixa em todo o país. Após diversas rodadas de reuniões do GT Saúde Caixa e da mesa de negociação permanente, a representação da empresa apresentou propostas de aumento nos itens de custeio, rejeitadas pelos representantes dos empregados. A mobilização se intensificou, culminando, no dia 10 de outubro, com a apresentação de uma proposta que garantiu reajuste zero nas mensalidades. Confira a linha do tempo dessa conquista coletiva.

OUTUBRO DE 2023

- É lançada a campanha “Queremos Saúde, Caixa”, mobilizando os empregados em defesa dos princípios fundantes do plano: solidariedade, mutualismo e pacto intergeracional.

Negociações do ACT

- Mantidos o percentual de 3,5% da remuneração-base pago pelos titulares (com teto de 7% de comprometimento da renda) e o modelo de custeio 70/30 — embora a Caixa tenha mantido o limite de 6,5% da folha. Retornaram as Gipes/Repes e os comitês de credenciamento e descredenciamento, para melhorar a rede e a qualidade do atendimento. Outra conquista foi o aporte de R\$ 177 milhões pela Caixa, o que contribuiu para zerar o déficit de 2023.

EM 2024

- Foram realizadas diversas reuniões com o banco e com representantes do governo, reivindicando a derrubada do teto, que chegou a ser aprovada pelo Conselho de Administração da Caixa.

A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2025

- Intensifica-se a campanha “Queremos Saúde, Caixa”, com usuários sendo incentivados a relatar problemas no plano.

Em abril

- Empregados e empregadas são novamente convocados, desta vez para indicar prestadores de serviços de saúde a serem credenciados.

Em maio

- Lançado o abaixo-assinado “300 mil vidas pedem atenção”.
- Nesse mesmo mês, a Caixa promoveu alterações no Estatuto, mantendo o teto, mesmo após a aprovação de sua extinção pelo Conselho de Administração. Desde então, o mote da campanha passou a ser “Reajuste Zero”, defendendo os princípios do plano e reforçando a luta pelo fim do teto, condição essencial para a sustentabilidade do Saúde Caixa a médio e longo prazos.



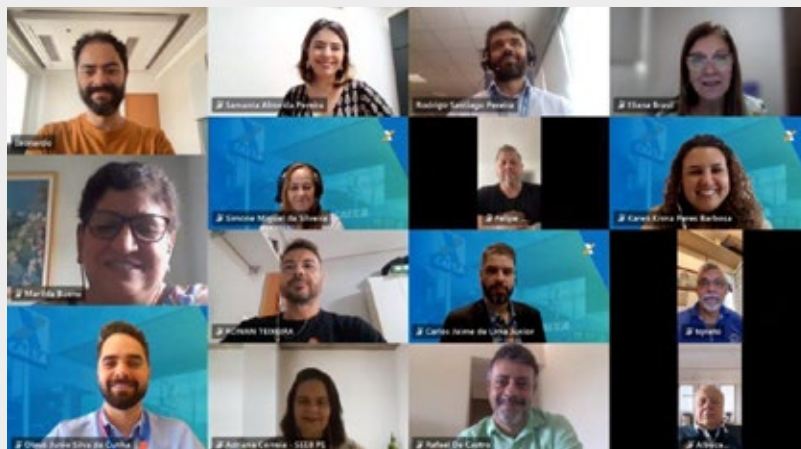
19 de maio – Cartilha nacional reforça princípios do plano

- Sindicatos e federações lançaram uma cartilha explicando o funcionamento do Saúde Caixa e defendendo o fim do teto de 6,5%. O material reafirmou os pilares de solidariedade, mutualismo e pacto intergeracional no modelo 70/30.



17 de junho – Carta aberta marca o Dia Nacional de Luta

- Em atos por todo o país, empregados e dirigentes sindicais cobraram o fim do teto de custeio e denunciaram o desequilíbrio financeiro imposto ao plano. A carta aberta reforçou o pedido de reajuste zero e mais transparência nas contas.



TA QUE GARANTIU MESA PERMANENTE



22 de agosto – 40º Conecef aprova continuidade da campanha

- Durante o Congresso Nacional dos Empregados da Caixa, a categoria reafirmou a mobilização em defesa do plano e aprovou a continuidade da campanha “Queremos Saúde Caixa”, com foco na derrubada do teto e na valorização dos trabalhadores.

9 de setembro – Pesquisa da Fenae e do Dieese confirma impacto do teto

- Levantamento técnico demonstrou que o limite de 6,5% da folha é o principal fator de desequilíbrio do plano, reforçando que a Caixa precisa aportar mais recursos e garantir o equilíbrio financeiro de forma solidária.



17 de setembro – Dia Nacional de Mobilização pelo Reajuste Zero

- Com atos em várias capitais, a categoria intensificou a pressão sobre o banco, defendendo o reajuste zero e denunciando o repasse de custos aos empregados. Em Brasília, o Sindicato percorreu a Gesad, área responsável pela gestão do Saúde Caixa.



6 de outubro – Proposta é recusada em mesa de negociação

- Durante reunião nacional, o banco manteve o aumento das mensalidades e da contribuição por dependente, o que levou à rejeição unânime das entidades. Os representantes reafirmaram que o plano deve ser sustentável sem penalizar os empregados.



7 e 9 de outubro – Atos em Brasília e em todo o país

- Em resposta à proposta, empregados realizaram paralisações em diversas unidades. Em Brasília, os protestos concentraram-se no Edifício Matriz II e na Filial 1, no Setor Bancário Sul.

10 de outubro – Conquista do reajuste zero e mesa permanente

- Após intensa mobilização, a Caixa recuou e aceitou o reajuste zero para 2025. O acordo também instituiu uma mesa permanente para debater medidas estruturantes em 2026, garantindo a continuidade da luta por um plano sólido, justo e sustentável.

DÚVIDAS SOBRE A PROPOSTA DO SAÚDE CAIXA?

CONFIRA AS RESPOSTAS PARA AS PERGUNTAS MAIS FREQUENTES

Item	Modelo atual	Primeira proposta	Segunda proposta	Proposta final
Mensalidade do titular Mensalidade dos dependentes diretos	3,5% da RB R\$ 480,00	5,5% da RB R\$ 672,00	3,5% da RB R\$ 480,00	3,5% da RB R\$ 480,00
Teto para o somatório das mensalidades do titular e dependentes diretos	7% da RB	12% da RB	10% da RB	7% da RB
Mensalidade dos dependentes indiretos (filhos entre 21 e 24 anos incompletos e pais sem renda mantidos)	R\$ 480,00	R\$ 672,00	R\$ 480,00	R\$ 480,00
Mensalidade para filhos entre 24 e 27 anos	Não previsto	Não previsto	R\$ 1.000,00	R\$ 800,00
Coparticipação	30% sobre os procedimentos, exceto internações e oncológicos (isentos) e Pronto Atendimento (franquia de R\$ 75,00)			
Teto anual de coparticipação	R\$ 3.600,00 (para o grupo familiar e dependentes indiretos)	R\$ 3.600,00 (para o grupo familiar e dependentes indiretos)	R\$ 3.600,00 (individual, para cada usuário do grupo familiar)	R\$ 3.600,00 (para o grupo familiar e dependentes indiretos)

*(RB) Remuneração Base

Qual será o reajuste nas mensalidades e coparticipação do plano previsto na proposta da Caixa?

- A proposta não prevê aumento nas mensalidades de titulares, dependentes diretos ou indiretos, nem no teto de cobrança ou nos valores de coparticipação.

O meu salário foi reajustado em setembro (ou será em janeiro). Isso não implica aumento na mensalidade?

- As mensalidades continuam sendo percentuais da remuneração, modelo vigente desde 2004, que garante a solidariedade e o pacto intergeracional. Como as alíquotas e valores de dependentes não mudaram, não há aumento. A alíquota do titular está inalterada desde o fim de 2021. Para quem não tem dependentes, não há reajuste há cerca de cinco anos.

Por que a Caixa apresentou propostas de aumento para o plano?

- Segundo relatórios financeiros, o plano acumulava déficit assistencial de R\$ 346 milhões até junho e deve superar R\$ 500 milhões até dezembro. As reservas técnicas, em torno de R\$ 100 milhões, não cobririam as despesas até o fim do ano. Com base nas projeções atuariais de 2026, a Caixa propôs reajustes nas contribuições, negados em mesa de negociação até a proposta final, que será apreciada nas assembleias.

Como será coberto o déficit de 2025? Haverá cobrança adicional?

- A Caixa assumirá integralmente o déficit, sem custo extra aos empregados.

Por que o plano está deficitário?

- As despesas cresceram mais que as receitas, especialmente porque a participação da Caixa está limitada a 6,5% da folha, o que impede a plena aplicação da divisão 70% (empresa) e 30% (empregados).

O que muda para os filhos dependentes?

- Hoje, filhos e enteados até 21 anos são dependentes diretos; até 24 anos, podem permanecer como indiretos se tiverem renda até R\$ 1.800, pagando R\$ 480. Agora, poderão continuar até os 27 anos como dependentes indiretos, com mensalidade de R\$ 800.

A mensalidade dos filhos entre 24 e 27 anos entra no teto de 7% da remuneração base?

- Não. Por serem dependentes indiretos, o valor é cobrado fora do limite de 7%.

Por que o valor de R\$ 800 foi definido?

- Corresponde ao custo médio nessa faixa etária e está abaixo do preço de mercado e de autogestões similares, como a Cassi, que cobra R\$ 1.074,21 entre 24 e 28 anos.

Como fica o direito de permanência no plano após a aposentadoria?

- Mantêm-se as condições do ACT anterior: podem permanecer no plano, com o mesmo custeio dos ativos, os empregados admitidos até 31/8/2018 que se aposentarem pelo INSS durante o vínculo, e os já aposentados com ao menos 120 contribuições. Quem ingressou após 1º/9/2018, ao se aposentar, assume integralmente o custeio, conforme a Lei 9.656/1998.

Por que não é permitido o retorno ao plano após o cancelamento?

- A Caixa explica que o reingresso romperia o pacto intergeracional, já que o participante que retorna em idade mais avançada não teria contribuído nas fases anteriores. Isso prejudicaria o equilíbrio financeiro. O mesmo ocorre em planos como a Cassi.

Haverá prazo excepcional para retorno dos titulares que saíram?

- Sim. A proposta permite o retorno até 1º de janeiro de 2026.

Há novas fontes de receita previstas?

- Sim. A Caixa repassará ao plano o equivalente a 6,5% do valor pago aos empregados em ações trabalhistas de natureza salarial, e os empregados contribuirão com sua alíquota correspondente sobre o valor recebido. Em 2024, a Caixa pagou R\$ 4,369 bilhões em ações; esse modelo representaria aporte de cerca de R\$ 436,9 milhões ao Saúde Caixa. No primeiro semestre de 2025, o total pago foi de R\$ 2,161 bilhões, o que representaria R\$ 216,1 milhões.

Esse modelo tem paralelo em outros planos?

- Sim. O plano de saúde dos funcionários do Banco do Brasil também prevê contribuição de ambas as partes sobre valores recebidos em ações trabalhistas.

É possível retornar à mensalidade de 2% da remuneração?

- Não. O modelo de 2004 prevê que os empregados custeiem 30% das despesas totais. Segundo relatórios, desde 2016 a alíquota de 2% não cobre esse percentual. Simulações atuariais indicam que, se fosse mantida, cobriria apenas 16% das despesas, muito abaixo da proporção 70/30.

Leia a matéria completa em bancariosdf.com.br.

